

Ata n.º 24

Reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Ordinária)

No dia 12 de maio de 2015, pelas 15h00m, na sede da CIM Região de Coimbra, em Coimbra, reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Aprovação de Atas

Discussão e aprovação da ata n.º 22, de 14 de abril

Período de Antes da Ordem do Dia

Ordem do Dia

1. Informações

2. Propostas

2.1. Indicação de representantes para os Conselhos de Região Hidrográfica

3. Unidades Orgânicas

3.1. Unidade de Coordenação Administrativa

3.1.2. Tesouraria

3.1.2.1. Resumo Diário de Tesouraria

3.3. Unidade de Gestão de Fundos Comunitários

3.3.1. Validação das propostas de Planos de Ação a integrar o ITI

3.3.2. Análise da distribuição dos FEEI pelas diversas prioridades de investimento

3.3.3. Análise da proposta dos mapeamentos enviados pela Comissão Diretiva do PO CENTRO 2020

4. Outros assuntos

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do CI deu início à reunião, fazendo circular a lista de presenças para recolha das assinaturas dos presentes, que se junta como anexo número um à presente ata, tendo-se verificado a existência do *quorum* necessário.

Assim, registou-se que participaram na reunião:

Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Figueira da Foz, João Albino Rainho Ataíde das Neves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino Mendes;

Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, João Carlos Vidaurre Pais de Moura;

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Rosa Reis Marques;

Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Nuno Moita da Costa;

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Rui Daniel Colaço Lopes;

Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, Rui Manuel Leal Marqueiro;

Presidente da Câmara Municipal de Mira, Raul José sores de Almeida;

Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Emílio Augusto Ferreira Torrão;

Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, José Júlio Henriques Norte;

Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, José Alberto Pacheco Brito Dias;

Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Humberto José Batista Oliveira;

Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias;

Presidente da Câmara Municipal de Soure, Mário Jorge Nunes;

Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Mário Almeida Loureiro;

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Miguel Sousa Henriques.

Estiveram igualmente presentes na reunião o 1.º Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Manuel Teixeira Bento, bem como o Chefe de Gabinete de Apoio ao Investimento da Câmara Municipal de Coimbra, Jorge Miguel Marques de Brito.

Aprovação de Ata

Discussão e Aprovação da Ata n.º 22, de 14/04/2015

O Presidente do CI colocou à discussão e aprovação a ata n.º 22, de 14 de abril, não tendo sido suscitados, pelos presentes, quaisquer esclarecimentos à mesma.

Não havendo intervenções a registar, o Presidente do CI colocou a ata n.º 22 de 14 de abril, a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Período de Antes da Ordem do Dia

Caminhos de Fátima

Pedi a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Mortágua dizendo ter sido efetuado um contacto com o responsável pelas peregrinações do Santuário de Fátima, e que este pretende lançar o repto aos municípios para a criação de corredores para os peregrinos. Entende que a CIM Região de Coimbra deveria ser pioneira neste assunto e realizar um estudo sobre os mesmos, coordenado com os municípios que compõem esta Comunidade.

O Presidente do CI informou que têm sido feitas reuniões com a Dr.ª Cristina Azevedo, que lidera o processo dos Caminhos de Fátima, estando a CIM a colaborar no mesmo.

Conselho de Comarca

O Presidente do CI deu nota que o Conselho de Comarca apresentou o seu relatório de atividades e sugeriu a elaboração de um protocolo entre a CIM e o Conselho de Comarca, de apoio aos tribunais desde que exista uma base legal de intervenção.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede informando que foram solicitadas, por diversas vezes, audiências ao Senhor Ministro da Justiça para falar sobre a reorganização judiciária, nunca tendo sido obtida qualquer resposta.

Assume que dada a postura do Ministério da Justiça perante o Poder Local, não tem outra opção que não seja votar contra qualquer medida que venha a ser adotada.

Novamente no uso da palavra, o Presidente do CI reiterou que o Conselho de Comarca é um órgão autónomo, estando a Juiz da Comarca a tentar gerir as necessidades já que o Ministério da Justiça não consegue dar respostas em tempo útil, o que em seu entender evidencia o insucesso da Reforma.

Prosseguiu dizendo que o Conselho de Comarca tem a participação de dois representantes dos municípios, Figueira da Foz e Penela, sendo necessário baixar a acrimónia latente entre tribunais e as autarquias, que não beneficia a comunidade.

O Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede referiu que este município foi dos primeiros a ter Julgado de Paz, consciente dos benefícios que daí adviriam para as populações e que sempre tentou dialogar com o Ministério da Justiça porém este nunca mostrou abertura para dialogar.

O Presidente do CI aconselhou a que se pense no assunto e que se tenha uma atitude colaboradora entre o poder local e judicial, sendo este Conselho de Comarca a primeira instituição que pode permitir essa aproximação.

Espaços do Cidadão

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho dando conta que os funcionários das autarquias, adstritos aos balcões de atendimento - Espaço do Cidadão estão a receber formação na área de competências da autoridade tributária e de registo predial, facto que considerou preocupante.

O Presidente do CI respondeu que caberá a cada município a definição das competências e matérias a serem tratadas nesses espaços. O Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho manteve o alerta para os problemas que possam surgir com as Conservatórias e Repartições de Finanças e a sua manutenção nos concelhos.

O CI tomou conhecimento.

Ordem do Dia

1. Informações

2. Propostas

2.1. Indicação de representantes para os Conselhos de Região Hidrográfica

O Presidente do CI informou que a Associação Nacional de Municipais Portugueses (ANMP) solicitou a indicação de um representante efetivo e um representante suplente, de entre os municípios desta CIM que integram a Região Hidrográfica do Vouga/Mondego/Lis (RH4), para serem designados como vogais da ANMP no Conselho de Região Hidrográfica do Centro.

Após um breve período de discussão o CI deliberou, por unanimidade, comunicar à Associação Nacional dos Municípios Portugueses a seguinte indicação: para representante efetivo o Município de Montemor-o-Velho e para representante suplente o Município de Penacova.

3. Unidades Orgânicas

3.1. Unidade de Coordenação Administrativa

3.1.2. Tesouraria

3.1.2.1. Resumo Diário de Tesouraria

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, que mostra, a esta data, um saldo bancário de 701.147,54 € (setecentos e um mil, cento e quarenta e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos) referente ao dia onze de maio de 2015, documento que constará como anexo à presente ata. Não houve qualquer pedido de intervenção ou de esclarecimentos relativo ao documento presente para apreciação.

O CI tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria.

3.3. Unidade de Gestão de Fundos Comunitários

3.3.1. Validação das propostas de Planos de Ação a integrar o ITI

3.3.2. Análise da distribuição dos FEEI pelas diversas prioridades de investimento

3.3.3. Análise da proposta dos mapeamentos enviados pela Comissão Diretiva do PO Centro 2020

O Presidente do CI referiu que o documento distribuído, para enquadrar esta análise, enuncia os vários projetos e ações que, dentro de cada Prioridade de Investimento, compõem o ITI. Recorda que este

documento vem na sequência de outro analisado e aprovado na reunião de 5 de maio, tendo sido introduzidas agora as correções sugeridas pelo CI.

Por outro lado, lembrou que para algumas Prioridades de Investimento – PI 2.iii, PI 4.iii, PI 6.iii, PI 8.iii, PI 8.viii e PI 10.i - foram elaborados Planos de Ação de suporte às ações a candidatar, planos esses objeto de contributos dos municípios e outros parceiros, ao longo dos últimos meses. Atendendo a que estes três pontos constantes da Ordem de Trabalhos estão intimamente ligados, propõe que sejam discutidos em conjunto.

O Presidente do CI sugeriu que se iniciasse a análise pela PI 10.v – Requalificação de Equipamentos Escolares, pois é aquela que tem uma descrição mais extensa e poderá suscitar mais dúvidas.

Tomou a palavra o Secretário Executivo Intermunicipal indicando que nesta prioridade não irá existir concorrência com as outras CIM, tendo sido fixado um valor global por Comunidade, pela AG do PO CENTRO 2020. Informou que, conforme informação oficiosa, o valor alocado a esta Comunidade e inicialmente comunicado, de 2,2 milhões de euros atribuídos para estas obras, subiu para os 5 milhões. Referiu que o único Município que não apresentou intenções de investimento foi Mortágua.

O Presidente da Câmara Municipal de Mortágua perguntou se o seu município poderá ser beneficiado noutra área, dado que abdicou deste investimento, tendo o Secretário Executivo dito que se for essa a decisão política poder-se-á analisar esse cenário.

O Secretário Executivo Intermunicipal informou ainda que houve uma mudança de definição do valor base elegível para este tipo de investimentos, tendo sido recomendado que os valores de investimento não sejam inferiores a 250 mil euros, no sentido de se evitar o risco de serem vetados na Comissão Europeia. Contudo da análise das intenções de investimento dos municípios verifica-se que existe uma grande quantidade de investimentos de reduzido valor, i.e. de valor inferior a 100 mil euros ou mesmo de 50 mil euros. Atendendo à pouca sustentabilidade do valor sugerido pela AG, uma vez que se trata de obras de requalificação, muitas vezes em pequenos edifícios, sugeriu que se defenda como, valor mínimo de investimento, o montante de 150 mil euros.

O Presidente da Câmara Municipal de Arganil reforçou a ideia atendendo a que, segundo a CCDRC a Comissão Europeia poderá entender os investimentos até 50 mil euros como obras de conservação e não como requalificação. Por essa razão concorda com a proposta dos 150 mil euros que para si é mais razoável.

O Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho demonstrou algum descontentamento indicando que gostaria de dar direitos iguais às crianças do seu concelho, não só aquelas que frequentam o Centro Educativo de Montemor-o-Velho, mas também a todas as outras que frequentam outras escolas.

O Presidente da Câmara Municipal de Penacova disse que irá tentar construir o melhor modelo de investimentos de acordo com os objetivos definidos, ajustando-o à medida das prioridades do concelho.

Retomando a palavra, o Presidente do CI entende que a distribuição contraria os próprios objetivos da PI. Ou seja, se querem tratar de espaços degradados, se querem fazer remoções de fibrocimento, promover a requalificação da rede escolar e por outro lado combater as tais prioridades negativas (grandes investimentos), então não faz sentido exigir investimentos superiores 250 mil.

O Presidente da Câmara Municipal de Arganil entende que se pode perguntar formalmente à CCDRC se é aceitável propor um conjunto de investimentos pequenos mas que possuem um objetivo comum.

O Presidente de Montemor-o-Velho afirmou que tem o direito de colocar os investimentos que entender desde que resulte o valor global e que não abdica dessa capacidade de gestão.

Tomou a palavra a Vice-Presidente de Coimbra para informar que embora participe nesta discussão, a Câmara Municipal de Coimbra considera que não estão reunidas as condições para que possa votar os planos de ação. Assim, adiantou que lhe foram dadas instruções para votar contra todos os Planos.

O Presidente de Arganil referiu, quanto à posição da Câmara Municipal de Coimbra, que estamos a trabalhar em cima dos acontecimentos, mas depois a História também se encarregará de deixar as coisas no seu lugar. Pelo que sabe a maior parte das CIM não têm o trabalho que já foi desenvolvido por nós e não andamos a falar aqui destes Planos há dois dias. Andamos a discuti-los há meses, têm sido realizadas reuniões com técnicos municipais e representantes políticos, têm sido enviados documentos relativos aos Planos de Ação e todos os presentes sabem muito bem quais são as prioridades em cada plano. Respeito a posição da CM de Coimbra mas não deixo de manifestar a minha discordância com a mesma.

Face à intenção manifestada de manter a proposta de mapeamento tal como foi enviado pelos municípios, o Secretário Executivo Intermunicipal chamou a atenção para as duas fases de apreciação da candidatura ao Pacto: uma fase de avaliação da candidatura que mede a coerência da candidatura e outra fase de negociação. Se a candidatura tiver má nota na avaliação poderá haver uma penalização nos montantes FEDER que nos vierem a ser atribuídos, i.e., se a candidatura não for coerente, corre-se o risco de se ser penalizado.

Passou-se de seguida à PI 6.iii – Valorização do património cultural, natural e promoção turística onde interveio o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital solicitando a discussão da proposta de mapeamento. Deu nota que gostaria de incluir as Ruínas Romanas de Bobadela neste plano repartindo o montante de investimento de 650 mil euros, em 350 mil euros para a igreja da Lourosa e 300 mil euros para as Ruínas da Bobadela.

O Secretário Executivo Intermunicipal esclareceu que a listagem anexa à proposta é da responsabilidade da Direção Regional da Cultura sendo esta entidade a promotora dos investimentos mapeados. Por isso, não lhe parece que possamos alterar o valor dos investimentos quantificados pela DR Cultura.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não concordando com a posição assumida pela Direção Regional da Cultura porque as verbas são destinadas ao ITI e caberá a esta CIM decidir o que fazer.

Uma vez que vai ter que se ausentar, pede que fique em ata que não prescinde da inclusão no ITI, das Ruínas Romanas da Bobadela.

Ausentou-se o Presidente de Oliveira do Hospital.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Condeixa garantindo que possui uma lista enviada pela Presidente da CCDRC, que refere Conímbriga como objeto de investimento, pelo que estranha não ver este monumento nacional contemplado no presente mapeamento.

Entretanto, após um contacto telefónico, o Presidente da CM Condeixa informou que lhe foi garantido que Conímbriga seria objeto de financiamento por FEEI, mas que não precisaria de integrar o ITI desta CIM.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Penela declarando querer fazer uma intervenção que para focar exarada em acta:” Acho que a listagem elaborada pela Direção Regional da Cultura até satisfaz bastante já que tínhamos falado aqui da questão da Rede dos Castelos e da necessidade de começar a trabalhar em rede. De qualquer modo, olhando para aquilo que são os objetivos do território no que diz respeito ao cumprimento de algumas metas, com que nós nos temos de vincular, eu estaria disposto até a trocar os 250 mil euros no Castelo de Penela pela cobertura da Vila Romana do Rabaçal e portanto eu acho que temos de ver com alguma preocupação este autismo que a Direção Regional de Cultura teve, de indicar o que lhe apeteceu. Devíamos olhar com alguma cautela para os investimentos que estão identificados, para os objetivos que se procuram atingir em termos de resultados, o que é que vamos aumentar em termos de visitantes e da sua permanência no território. Devemos igualmente tentar perceber o que é que vai acontecer ao Plano que está a ser desenvolvido pela OPIUM, defendê-lo e

procurar estruturar um conjunto de ações integradas. Continuo igualmente sem perceber porque é que Coimbra, sendo classificado como património da humanidade, não está no “bolo” dos 10 milhões de euros geridos pela AG, como estão Alcobaça, Batalha e Tomar. É uma dúvida que não sei se conseguem esclarecer: qual foi o critério que houve para que tenhamos 4 sítios com monumentos classificados como Património da Humanidade, 3 vão aquele “bolo” que foi criado com os 10 milhões de euros e Coimbra vem disputar investimento com um conjunto de municípios”.

A Vice-Presidente da Câmara de Coimbra tomou a palavra para questionar a razão de não estar contemplada no mapeamento a Igreja de Santiago, património da UNESCO.

O Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho deu nota de uma intervenção no Convento dos Anjos, propriedade do Estado, por parte do Ministério da Cultura, que ficou incompleta e em mau estado, evidenciando descontentamento com tal situação.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Arganil recordando que o critério definido pelo Ministério da Cultura, é a classificação dos monumentos como Património da Humanidade ou Monumentos Nacionais, logo não fará sentido acrescentar outros investimentos que não se enquadrem dentro desta classificação. Em relação às retificações solicitadas pelo Município de Oliveira do Hospital (Ruínas Romanas de Bobadela e Igreja de São Pedro de Lourosa) entende que são ambos monumentos nacionais que podem ser introduzidos sem aumentar a despesa global.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que esta CIM é uma das que possui mais monumentos nacionais, no seu território, e por essa razão necessita de mais dinheiro para a promoção e para a programação cultural em rede.

O Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra considera importante ficar definido quais os investimentos realmente necessários e compensar os municípios que abdicaram de determinados investimentos numa determinada área, recompensando-os depois noutra. Disse, ainda, não concordar que nesta PI 6.iii apenas possam ser considerados monumentos nacionais.

No que concerne à PI 2.iii – Modernização Administrativa, o Presidente do CI informou que se trata da proposta de plano de ação desenvolvida pela Deloitte, já anteriormente enviada e validada pelo CI

Aproveitou para Informar que, apesar de terem sido enviados os diversos Planos por *e-mail*, será distribuída uma *pen* a todos os municípios com todos os planos de ação para ficarem com a informação na mesma base de informação.

No que concerne à PI 4.iii – Eficiência energética o Presidente do CI referiu que o plano de ação desta PI, desenvolvido pelo INESC, em função da informação dada pelos municípios, passando a apresentar os 3 eixos e seus valores de investimento.

Face à necessidade incontornável de realizar auditorias energéticas aos equipamentos municipais, o presidente do Conselho Intermunicipal propõe-se ao CI, para além da aprovação do Plano de Ação, que se recomende ao Secretário Executivo Intermunicipal a preparação de procedimentos de contratação pública, para a realização de auditorias energéticas dos equipamentos e infraestruturas municipais que constam dos quadros anexos ao Plano de Ação.

O Secretário Executivo Intermunicipal chamou a atenção para o facto dos valores deste Plano assentarem em duas variáveis: em primeiro lugar a trabalhou-se em investimentos elegíveis a partir da faturação pelo que este será revisto em função do resultados das auditorias e, em segundo lugar, poderá haver lugar a um reajustamento dos valores da candidatura em sede de negociação.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Arganil referindo que prefere concentrar todo o investimento deste município no edifício dos Paços do Concelho e não ter nada para a iluminação pública, discorda da metodologia apresentada pois entende que os valores de investimento são calculados com base nas poupanças e está a ser feita uma amortização do investimento em seis anos quando alguns investimentos podem ser amortizados a mais anos.

O Secretário Executivo Intermunicipal respondeu que não lhe parece correto estar a alterar um plano de ação de uma consultora quando ainda não são conhecidas as condições do Aviso, designadamente em termos de pay back. Quanto à alteração solicitada, de ser indicado apenas um equipamento, será pedido ao INESC que proceda a essa alteração.

Tomou a palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal da Lousã informando que também pretende concentrar todo o investimento deste município, desta PI 4.iii, nas piscinas municipais da Lousã.

Passando às PI 5.i e PI 5.ii – Adaptação às Alterações Climáticas, o Presidente do CI recordou que para a PI 5.i foi definida pelo CI a elaboração de um Plano Supramunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas cujo investimento estimado é de 200.000,00 euros.

O Presidente da Câmara Municipal de Penela disse que muitos municípios estão obrigados a rever os Planos de Prevenção de Riscos de Gestão, questionando como é que se faz a conciliação com esse Plano Supramunicipal, para evitar redundâncias na execução destes trabalhos.

O Secretário Executivo Intermunicipal deu nota da recente resolução da Autoridade da Proteção Civil, que define que a autoria desses Planos de Proteção Civil, quando Municipais são da responsabilidade dos municípios e os distritais são da responsabilidade da Autoridade Nacional da Proteção Civil, pelo que pensa que é com esta última que se deve operacionalizar essa interligação..

O Presidente da Câmara Municipal de Arganil julga que o valor de investimento proposto para o Plano é muito elevado, propondo que se reduza o mesmo para 100 mil euros. O Secretário Executivo Intermunicipal alertou para a exiguidade desse valor face à complexidade das matérias tratadas e à extensão do território.

O Presidente do CI colocou à consideração dos presentes a alteração da proposta tendo ficado decidido alterar o valor de investimento para a PI 5.i para 100.000€ e o valor da ação prevista para a PI 5.ii , instalação de uma Plataforma Web de prevenção de riscos, 245.000€.

O Secretário Executivo Intermunicipal acrescentou, ainda, que houve uma comunicação recente informando que na PI 5.i é possível integrar investimentos em Quarteis de Bombeiros Municipais e que tinha solicitado informações aos municípios de Coimbra e da Lousã.

No que diz respeito às PI 8.iii / PI 8.viii / PI 9.i/ PI 9.iv – Apoio à criação de empresas e apoio à criação de emprego próprio e inclusão ativa, o Presidente do CI salientou que a proposta de Plano de Ação, referente a estas PI, foi desenvolvida pela CAPGEMINI .

O Secretário Executivo Intermunicipal referiu que neste Plano de Ação, e em relação às PI 8.iii e PI 8.viii, referentes a um sistema de incentivos à criação de empresas e de emprego próprio, a CAPGEMINI faz o enquadramento legislativo para depois se discutir com a CCDRC a melhor maneira de operacionalizar o sistema de incentivos. Contudo, tal como informou a Presidente da AG do PO Centro, as regras para estas PI serão definidas em sede de Aviso e será atribuído a cada CIM um montante FEDER e FSE em função de alguns indicadores específicos.

Em relação à PI 9.i disse que esta CIM pode ir buscar financiamento ao PO Regional e ao Programa Nacional Temático e que neste plano de ação estão detalhadas as iniciativas com os valores totais.

No que concerne à PI 9.iv deu nota que a CAPGEMINI apresentou uma proposta no âmbito da Idade +, mas que ainda se espera confirmação da elegibilidade do projeto de serviço móvel de proximidade nesta PI.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra dizendo que não tem nada contra o facto de se monitorizar os idosos porém julga que se deve articular com as estruturas de saúde e com os responsáveis na área da saúde.

O Presidente da Câmara Municipal de Arganil disse que o que está claramente identificado na PI 9.iv é a tipologia Idade+ como se depreende do aviso de abertura da candidatura ao Pacto, pelo que, no seu entender, não se pode ir para além desta tipologia. Referiu que no Regulamento do PO ISE, consta que a serviço de Unidades Móveis de Saúde só é admissível no PO Alentejo e no PO Centro.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Mortágua dizendo ter uma Unidade Móvel de Saúde a funcionar no seu concelho, porém, entende que o valor atribuído a esta PI deverá ser reconvertido em mais viaturas para os municípios que necessitem e que a ARS deverá ser chamada ao processo.

O Presidente do CI pediu ao Secretário Executivo Intermunicipal a inclusão desta operação na PI 9.viii, e para a conformar com a ARS.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal da Lousã julgou que se faria uma candidatura global da CIM, na qual seria atribuída uma unidade móvel a cada município, sendo depois a gestão com os serviços de saúde feita por cada município.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra compreende a opinião do seu homólogo da Lousã mas entende que a gestão partilhada é a melhor solução porque a ARS possui o diagnóstico das necessidades que poderá ser confrontado com o do próprio município e devidamente articulado.

Neste momento ausentou-se o Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede.

Sobre a PI 9.vii – Requalificação de equipamentos de saúde o Presidente da Câmara Municipal de Mortágua solicitou ao Secretário Executivo Intermunicipal, a introdução do equipamento “Centro de Saúde de Mortágua” no ITI.

Quanto à PI 10.i – Prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso, o Presidente do CI propôs a aprovação, na generalidade, do Plano de Ação referente a estas PI.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Arganil dizendo que o valor do investimento proposto é demasiado alto para a disponibilidade financeira do FEDER, podendo levar a que na negociação caiam algumas ações.

O Secretário Executivo Intermunicipal concorda com recomendação a redução do valor proposto, referindo igualmente que o Plano de Ação pecou por pouca interação com os municípios e com os agrupamentos de escolas e, por essa razão, defende a aprovação do Plano na generalidade.

Deu ainda conhecimento que recebeu, neste dia, a informação da Direção Regional da Agricultura, de quatro operações de investimento, em regadios e barragens, duas em Mortágua, em que o promotor será a DRAP que deverão ser incluídas no ITI.

Após a apresentação de todas as componentes que integram o ITI, o Presidente do CI colocou à votação a presente proposta do ITI.

Mais informou que o mesmo será presente amanhã na reunião do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal.

Nesta altura ausentou-se o Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal da Mealhada prestando a seguinte declaração de voto que se transcreve: “Voto contra toda a ITI, porque é um péssimo documento. Admira-me muito que os meus colegas tenham estado radiantes por ir fazer obras da Administração central. Lamento igualmente a falta de solidariedade dos meus colegas da CIM.”

O Presidente da Câmara Municipal de Mortágua disse verificar que os municípios mais pequenos estão à margem de todo este processo, com a exceção da eficiência energética, e denota falta de solidariedade dos restantes municípios e receia que o futuro não seja igualmente solidário, por esta razão abstém-se.

Pediu a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares questionando se irá haver algum fator de correção para os municípios que não foram contemplados em determinadas áreas de investimento.

O Presidente do CI respondeu que serão encontradas soluções de equilíbrio dentro da esfera de competências da CIM, assim como se procurou fazer aquando da definição do índice de coesão territorial.

De seguida pediu a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Arganil mostrando-se insatisfeito com o valor deste Quadro de Apoio, comparando-o com o anterior. Disse que é preciso perceber que há aqui um novo paradigma entre aquilo que é a contratualização, aquilo que serão os pactos, aquilo que é o ITI. A lógica municipal tende a desaparecer em termos de fundos comunitários e começa-se a falar de um conjunto de PI cujos investimentos são supramunicipais, mas que tem um forte impacto nos municípios.

A título de exemplo recordou que na modernização administrativa, para se fazer o nivelamento e chegar ao balcão intermunicipal, será preciso muito investimento, particularmente em municípios pequenos que não estão aqui discriminados. Para si, é precipitado tirar já conclusões se uns municípios vão ter mais do que outros, porque de facto o montante para os projetos supramunicipais é muito maior do que para o projetos de incidência municipal.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Tábua dizendo estar disponível para aprovar este conjunto de propostas, desde que também haja o compromisso que no futuro a solidariedade em si se concretize nas ações.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares tomou a palavra para esclarecer que não duvida da capacidade de solidariedade dos colegas e acredita na abertura ao nível de funcionamento da CIM, e por essa razão valida os planos apresentados.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho prestando a seguinte declaração de voto que se transcreve:” Em nome do Município de Montemor-o-Velho vou fazer uma declaração de voto, porque votei favoravelmente esse documento e vou tentar ser muito sintético como eu gosto de ser. Em primeiro lugar votei favoravelmente porque este é um documento da CIM, quer queiram quer não há aqui um trabalho produzido pela CIM Região de Coimbra, muito discutido em sucessivas reuniões e, nessa perspetiva, votei favoravelmente. Sou contra todas a interferências e ingerências que este documento teve, as imposições que foram feitas ao documento e estou solidário com algumas manifestações nesse sentido. Por isso mesmo sinto-me defraudado porque, quando nos apresentaram a possibilidade de construirmos uma ITI, tive a esperança que fosse possível apresentar um documento mais próximo das nossas comunidades, mais próximo do poder local. Penso, por outro lado, que um casamento de dezanove municípios não se faz à primeira, é um caminho que se tem de percorrer, é uma aprendizagem que se tem de fazer, sendo certo que eu não posso deixar de estar de acordo com algumas manifestações que aqui foram proferidas em relação ao documento, porque efetivamente acho lamentáveis, as imposições que foram feitas a esta CIM.”

De seguida o Vice-Presidente da Câmara Municipal da Lousã prestou a seguinte declaração de voto que se transcreve:” Em nome do município da Lousã, quero realçar o valor do presente trabalho e dar os parabéns à equipa porque o tempo em que foi desenvolvido e as condições em que foi desenvolvido não foram como gostaríamos que fossem. Votamos favoravelmente porque entendemos que este é o início de um caminho a ser feito, que foi tudo feito sob uma névoa de indefinições muito grande. Penso que neste

momento é que estávamos a ficar em condições de começar a discutir o ITI. Portanto, no fundo, damos um voto de confiança em como as decisões tomadas e a tomar serão as melhores possíveis. Tenho dito.”

De seguida o Presidente da Câmara Municipal de Penacova interveio corroborando a declaração do Senhor Vice-Presidente da Lousã, dando os parabéns à equipa e ao trabalho imenso desenvolvido neste documento que agora é apresentado. Compreende que alguns municípios fiquem um pouco apreensivos em relação ao que foi proposto, pois apenas uma minoria tem investimentos previstos nos seus territórios. Acrescentou que está disponível para, em sede de negociação, dar destaque ao património do Bussaco, de Conímbriga e do Rabaçal.

De seguida tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Penela felicitando o Secretário Executivo Intermunicipal e a sua equipa por todo o trabalho desenvolvido, pela sua disponibilidade em prestar informações sempre que solicitadas, reconhecendo que foi um trabalho difícil até porque havia muito nebulosidade naquilo que eram as orientações e onde se queria chegar.

O Presidente do CI referiu que a proposta que foi aprovada foi sendo construída, com informações em permanente fluxo, que ainda hoje continuam a chegar informações novas, pelo que compreende as críticas à forma precipitada como este quadro comunitário de apoio está ser gerido, em particular neste programa de Investimentos territoriais integrados. Referiu que efetivamente o Secretário Executivo fez o que era possível, dentro das circunstâncias que lhe foram dadas. Contudo lembra que ainda terá de existir a fase da negociação, que a última palavra é das CIM e este ITI ainda irá sofrer alterações.

Face à votação expressa, o ITI da CIM Região de Coimbra foi aprovado por maioria, com os votos contra dos municípios de Coimbra e de Mealhada.

.....

4. Outros assuntos

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente do CI, deu por encerrados os trabalhos eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, João Albino Rainho Ataíde das Neves e pela Assistente Técnica, Gisela Parreiral, que secretariou a reunião.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

A Técnica que secretariou a reunião

(Gisela Parreira)